



PPSA

**EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE
PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A**

**Administração Geral
(Analista De Gestão Corporativa)**

**EDITAL DE ABERTURA Nº 1,
DE 23 DE JANEIRO DE 2025**

**CÓD: OP-119JN-24
7908403568673**

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	7
2. Tipologia e gêneros textuais	13
3. Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade; Domínio dos mecanismos de coesão textual	14
4. Classes de Palavras: Adjetivo, Advérbio, Artigo, Preposição, Conjunção, Interjeição, Numeral, Pronomes, Substantivos e Verbos	16
5. Ortografia (Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)	22
6. Acentuação gráfica.....	24
7. Sinais de Pontuação	25
8. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciamento textual; Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto	26
9. Significação das palavras; Semântica: Sinônimos; Antônimos; Homônimos; Parônimos; Denotação e Conotação	32
10. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	35
11. Sintaxe: Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração	36
12. Concordância verbal e nominal	40
13. Regência verbal e nominal.....	42
14. Colocação pronominal	43
15. Figuras de linguagem	45

Língua Inglesa

1. Compreensão, Interpretação e Análise de Textos em Inglês: Interpretação Crítica, Análise de textos literários, jornalísticos e técnicos, com foco na identificação de ideias principais, secundárias, informações implícitas e explícitas.....	59
2. Gêneros Textuais: Compreensão e análise de diferentes tipos de textos (narrativos, descritivos, argumentativos, informativos), suas estruturas e propósitos comunicativos	62
3. Gramática da Língua Inglesa: Sintaxe: Estrutura das frases, ordem das palavras, tipos de orações (simples e compostas), concordância verbal e nominal; Sentenças condicionais.....	65
4. Tempos verbais: presente simples, presente contínuo, passado simples, passado contínuo, presente perfeito, passado perfeito, futuro; Gerúndio; Imperativo; Verbos anômalos.....	71
5. Discurso direto, discurso indireto	78
6. Verbos frasais; Verbos modais; Voz passiva	79
7. Substantivos (contáveis e incontáveis).....	82
8. Adjetivos; Comparativos e superlativos	84
9. Pronomes.....	87
10. Advérbios	89
11. Produção Textual Escrita: Coerência, coesão e organização textual em redações e ensaios; Domínio das estruturas gramaticais adequadas e desenvolvimento de argumentos em inglês.....	91
12. Conhecimentos sólidos de nomenclatura técnica referente à área de Petróleo e Gás na Língua Inglesa	96

Conhecimentos Específicos

Administração Geral (Analista De Gestão Corporativa)

1. Noções de Organização Administrativa: administração direta e indireta; autarquias, fundações públicas; empresas públicas; sociedades de economia mista; entidades paraestatais.....	107
2. Princípios Constitucionais da Administração Pública.....	112
3. Noções básicas de Orçamento Público e Finanças.....	116
4. Noções de processo administrativo.....	121
5. Noções básicas de Licitações e Contratos nas Empresas Estatais; Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações (aplicação às empresas públicas federais).....	125
6. Lei Federal nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção e Decreto Federal nº 8.420/2015.....	196
7. Lei Federal nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.....	210
8. Lei Federal nº 13.303/2016 - Lei das Estatais.....	223
9. Decreto Federal nº 8.945/2016 - regulamenta o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	242
10. Regulamento Interno de Licitações e Contratos da PPSA (RILC).....	255
11. Resolução CGPAR nº 45/2022, de 30 de dezembro de 2022, que dispõe sobre orientações às empresas estatais federais sobre planejamento, execução, controle e avaliação das contratações de bens e serviços em geral.....	276
12. artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.....	279
13. planejamento e execução da contratação pública: estudo técnico preliminar (ETP) e termo de referência (TR) para compras e serviços; orçamento estimado da licitação - pesquisa de preços e planilha de formação de preços; cronograma físico-financeiro das contratações; gerenciamento de riscos nas contratações das empresas estatais; autoridade competente.....	280
14. Contratos administrativos: tipos de contratos (fornecimento de bens, serviços comuns, serviços de engenharia, fornecimento de bens e contratos de serviços de TIC); alterações e aditivos; fiscalização e gestão de contratos de acordo com as Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 14.133/2021 e com os entendimentos do TCU; responsabilidade dos agentes públicos; rescisão/extinção dos contratos; aplicação de sanções administrativas; regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária; soluções de conflito na execução de contratos; terceirização de serviços com cessão de mão de obra exclusiva.....	289

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral

exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negroiro”, de Castro Alves, o

eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

– Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

– Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

— Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as

ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

Os principais mecanismos de coesão referencial incluem:

- **Pronomes pessoais:** Usados para substituir substantivos mencionados anteriormente.

- Exemplo: João comprou um livro novo. Ele estava ansioso para lê-lo.

- **Pronomes demonstrativos:** Indicam a retomada de uma informação previamente dada ou a introdução de algo novo.

- Exemplo: Este é o problema que devemos resolver.

- **Pronomes possessivos:** Utilizados para evitar repetições, referindo-se à posse ou relação de algo já mencionado.

- Exemplo: Maria trouxe suas anotações para a aula.

- **Advérbios de lugar e tempo:** Podem substituir informações anteriores relacionadas a momentos e espaços.

- Exemplo: Estive na biblioteca ontem. Lá, encontrei muitos livros interessantes.

A coesão referencial é crucial para evitar repetições e garantir que o leitor consiga acompanhar a continuidade das ideias sem que o texto se torne redundante ou cansativo.

2. Coesão Sequencial

A coesão sequencial diz respeito à organização temporal e lógica do discurso. Ela é responsável por estabelecer as relações de sentido entre as partes do texto, utilizando conectivos para marcar a progressão das ideias. Isso pode envolver a relação entre causa e efeito, adição de informações, contraste, explicação, entre outros.

Os principais conectivos de coesão sequencial incluem:

- **Conectivos de adição:** Indicam que uma ideia ou informação será acrescentada.

- Exemplo: Além disso, também é necessário investir em infraestrutura.

- **Conectivos de causa e consequência:** Mostram uma relação de causa e efeito entre as ideias.

- Exemplo: Portanto, o aumento das taxas de desemprego resultou em uma crise social.

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS EM INGLÊS: INTERPRETAÇÃO CRÍTICA, ANÁLISE DE TEXTOS LITERÁRIOS, JORNALÍSTICOS E TÉCNICOS, COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DE IDEIAS PRINCIPAIS, SECUNDÁRIAS, INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS E EXPLÍCITAS

A IMPORTÂNCIA DA COMPREENSÃO DE TEXTOS EM INGLÊS

A leitura e interpretação de textos em inglês são habilidades essenciais para candidatos a concursos públicos, estudantes e profissionais que desejam aprimorar seu domínio do idioma. Além de ser uma competência exigida em diversas provas, a capacidade de compreender textos em inglês permite o acesso a informações atualizadas, desenvolvimento do pensamento crítico e melhor desempenho acadêmico e profissional.

- O papel da leitura na proficiência em inglês

A leitura é uma das principais formas de exposição ao idioma, sendo fundamental para a ampliação do vocabulário, o aperfeiçoamento da gramática e a familiarização com estruturas linguísticas variadas. Quanto mais um candidato se expõe a diferentes tipos de textos, maior é sua capacidade de reconhecer padrões, identificar palavras em novos contextos e compreender significados implícitos.

Além disso, a leitura contribui para:

- **Aprimoramento da gramática:** A exposição constante a frases bem estruturadas reforça a compreensão das regras gramaticais e das diferenças entre inglês formal e informal.

- **Aumento do vocabulário:** A leitura de textos diversos amplia o repertório de palavras e expressões, facilitando a interpretação de novos conteúdos.

- **Melhora na pronúncia e compreensão auditiva:** Embora a leitura seja uma atividade visual, a exposição contínua a palavras escritas ajuda a reconhecer padrões fonéticos e melhora a compreensão auditiva.

No contexto de concursos públicos, a habilidade de compreender textos rapidamente e extrair informações relevantes pode significar a diferença entre um bom e um excelente desempenho.

- Diferença entre compreensão, interpretação e análise

É importante diferenciar três conceitos fundamentais para a leitura crítica: compreensão, interpretação e análise.

- **Compreensão:** Trata-se da habilidade de captar o significado literal do texto, identificando informações explícitas e a estrutura do discurso.

- **Interpretação:** Vai além da compreensão básica, exigindo que o leitor relacione informações, faça inferências e entenda possíveis significados implícitos.

- **Análise:** Consiste na avaliação crítica do texto, considerando aspectos como intencionalidade do autor, argumentos apresentados e possíveis vieses.

Em provas de concursos, esses três níveis de leitura são explorados de forma variada, exigindo que o candidato seja capaz de identificar ideias principais e secundárias, perceber informações subentendidas e avaliar criticamente o conteúdo apresentado.

- Benefícios da leitura crítica para concursos públicos

Dominar a leitura crítica em inglês traz diversas vantagens para candidatos a concursos públicos, especialmente em provas elaboradas por bancas como FCC, FGV e Vunesp. Entre os principais benefícios, destacam-se:

- **Maior rapidez na resolução de questões:** Leitores proficientes conseguem localizar informações com mais agilidade e interpretar textos complexos sem necessidade de releituras excessivas.

- **Melhor compreensão de comandos da prova:** Muitas questões apresentam enunciados em inglês, exigindo que o candidato entenda exatamente o que está sendo pedido.

- **Maior segurança na identificação de pegadinhas:** Algumas questões exploram ambiguidades ou interpretações erradas, o que pode confundir candidatos menos experientes.

Além desses pontos, a leitura crítica também fortalece o pensamento analítico e a capacidade de argumentação, habilidades valiosas não apenas para provas de concursos, mas também para a vida acadêmica e profissional.

A compreensão de textos em inglês é uma habilidade que pode ser desenvolvida com prática e dedicação. A exposição constante a textos variados, aliada ao uso de estratégias de leitura, pode transformar a experiência de aprendizado e tornar a interpretação textual mais eficiente e natural. No contexto dos concursos públicos, essa competência se torna ainda mais relevante, pois pode definir o sucesso do candidato na prova.

ESTRATÉGIAS PARA INTERPRETAÇÃO CRÍTICA DE TEXTOS

A interpretação crítica de textos em inglês é uma habilidade essencial para candidatos a concursos públicos. Além de entender o significado literal das palavras, é necessário analisar as informações apresentadas, identificar ideias implícitas e avaliar a intencionalidade do autor. Para isso, existem técnicas que ajudam a melhorar a leitura e a interpretação, tornando o processo mais eficiente e assertivo.

- Identificação de ideias principais e secundárias

Uma das primeiras etapas para interpretar um texto é distinguir suas ideias principais das secundárias.

- **Ideia principal:** Representa o conceito central do texto ou do parágrafo. Normalmente, pode ser encontrada no primeiro ou último parágrafo de um texto ou na sentença tópica de um parágrafo.

- **Ideias secundárias:** São informações complementares que explicam, exemplificam ou desenvolvem a ideia principal.

Como identificar a ideia principal

- Leia o título e subtítulos para obter uma noção geral do tema.
- Procure palavras-chave que se repetem ao longo do texto.
- Identifique frases que resumem ou apresentam um argumento central.

Como identificar ideias secundárias

- Observe exemplos, citações ou dados que reforçam o argumento principal.
- Preste atenção a conectores como “for example”, “such as” e “in other words”, que introduzem explicações e detalhes.

Essa diferenciação é fundamental em provas de concursos, pois muitas questões perguntam diretamente sobre o tema central do texto ou exigem que o candidato distinga informações relevantes das acessórias.

- Diferença entre informações explícitas e implícitas

Os textos podem apresentar informações de forma direta ou exigir que o leitor faça inferências para compreendê-las completamente.

- **Informações explícitas:** São aquelas claramente expressas no texto, sem necessidade de interpretação adicional.
- **Informações implícitas:** Não são declaradas diretamente e exigem que o leitor faça conexões e deduções para compreendê-las.

Como identificar informações explícitas

- Busque respostas diretas dentro do texto.
- Preste atenção a detalhes factuais, como datas, nomes e números.
- Se a pergunta de prova pedir para localizar uma informação específica, geralmente a resposta estará explicitamente no texto.

Como identificar informações implícitas

- Observe o tom do autor e a escolha de palavras para perceber sua opinião.
- Analise relações de causa e consequência.
- Repare em pistas contextuais, como ironia ou sarcasmo, que podem indicar significados ocultos.

Em concursos, muitas questões exigem que o candidato perceba o que não está diretamente dito. A habilidade de inferência é um diferencial importante.

- Contextualização e inferência de significado

Nem sempre será possível conhecer todas as palavras do texto, especialmente em provas. Assim, o contexto é um recurso essencial para deduzir significados e evitar perda de tempo com traduções palavra por palavra.

Técnicas para inferir o significado de palavras desconhecidas

- **Contexto imediato:** Leia a frase inteira antes de tentar entender a palavra isoladamente. Muitas vezes, o significado pode ser deduzido pelo restante do enunciado.
- **Prefixos e sufixos:** Conhecer elementos como “un-”, “re-” e “-less” ajuda a compreender palavras novas. Exemplo: “unhappy” (infeliz) pode ser identificado pelo prefixo “un-” (não).

▪ **Sinônimos e antônimos:** Muitas vezes, o próprio texto traz pistas. Exemplo: “He was elated, in contrast to his usually gloomy mood.” Aqui, “elated” pode ser entendido como algo oposto a “gloomy” (sombrio, triste).

▪ **Substituição por palavras conhecidas:** Se um termo parece complicado, tente substituí-lo mentalmente por outra palavra que faça sentido na frase.

O uso dessas estratégias permite que o candidato compreenda o essencial do texto mesmo sem saber todas as palavras, economizando tempo e aumentando a precisão das respostas.

A interpretação crítica de textos exige mais do que apenas traduzir palavras. Identificar ideias principais, distinguir informações explícitas e implícitas e usar o contexto para inferir significados são habilidades essenciais para qualquer prova de concurso público. A prática regular dessas técnicas torna o processo mais rápido e natural, garantindo um melhor desempenho em exames que exigem leitura e análise textual em inglês.

ANÁLISE DE TEXTOS LITERÁRIOS

A leitura de textos literários em inglês exige uma abordagem diferente da interpretação de textos jornalísticos ou técnicos. Além da compreensão do significado das palavras, é fundamental captar nuances como metáforas, ironia e subtextos. No contexto de concursos públicos, bancas como FCC, FGV e Vunesp costumam incluir trechos de obras literárias para avaliar a capacidade do candidato de interpretar elementos estilísticos e temáticos.

- Características dos textos literários

Textos literários são aqueles produzidos com intenção estética, geralmente explorando a criatividade e o uso expressivo da linguagem. Eles podem assumir diferentes formas, como poesia, contos, romances e peças teatrais.

Principais características dos textos literários:

- **Uso de figuras de linguagem:** Metáforas, comparações e personificações são comuns na literatura e ajudam a criar imagens vívidas e significados mais profundos.
- **Subjetividade e interpretação múltipla:** Diferente dos textos jornalísticos e técnicos, que buscam objetividade, os textos literários podem ter diferentes leituras dependendo do contexto e da experiência do leitor.
- **Narrativas complexas e personagens aprofundados:** Muitas obras literárias exploram personagens multifacetados e tramas envolventes, exigindo atenção para compreender suas motivações e dilemas.
- **Exploração de temas universais:** Questões como amor, morte, liberdade, injustiça e identidade aparecem frequentemente na literatura.

Ao analisar um texto literário em uma prova, é essencial identificar esses elementos para interpretar a mensagem do autor corretamente.

- Estratégias para interpretar metáforas, ironia e figuras de linguagem

As bancas examinadoras gostam de testar a habilidade dos candidatos de reconhecer e interpretar figuras de linguagem, pois elas são essenciais para entender o sentido completo do texto literário.

Metáforas e comparações

▪ **Metáfora:** Uma metáfora compara duas coisas sem usar palavras como “like” ou “as”. Exemplo: “Time is a thief” (O tempo é um ladrão). Aqui, o tempo não rouba literalmente, mas a metáfora sugere que ele tira momentos da vida das pessoas.

▪ **Comparação (Simile):** Diferente da metáfora, a comparação usa “like” ou “as”. Exemplo: “Her smile was as bright as the sun” (Seu sorriso era brilhante como o sol).

Ironia :

A ironia ocorre quando há um contraste entre o que é dito e o que realmente se quer expressar. No contexto de uma prova, pode ser usada para testar se o candidato percebe a diferenç a entre o significado literal e o real sentido do texto.

Exemplo de ironia: “What a wonderful day!” (Que dia maravilhoso!) – Se dita durante uma tempestade, essa frase assume um tom ir nico.

Outras figuras de linguagem importantes:

▪ **Personificação:** Atribuir características humanas a objetos ou animais. Exemplo: “The wind whispered through the trees” (O vento sussurrou entre as  rvores).

▪ **Hipérbole:** Exagero para efeito dramático. Exemplo: “I’ve told you a million times” (Eu já te disse um milhão de vezes).

Em provas de concurso, muitas questões pedem para identificar o significado de metáforas ou ironias dentro do contexto do texto. Praticar esse tipo de análise melhora a interpretação e a rapidez na resolução das questões.

- Temas e mensagens subjacentes nos textos literários

Além das figuras de linguagem, um aspecto fundamental da análise de textos literários é a identificação dos temas centrais e mensagens implícitas.

Como identificar o tema de um texto literário:

▪ **Observe o conflito principal:** Muitas histórias giram em torno de um problema ou dilema enfrentado pelos personagens. Esse conflito pode revelar o tema da obra.

▪ **Preste atenção às emoções transmitidas:** O tom do texto pode sugerir temas como solidão, esperanç a, liberdade ou repressão.

▪ **Analise o título e frases-chave:** Muitas vezes, o título já sugere o tema principal. Além disso, frases marcantes dentro do texto podem conter pistas sobre a mensagem do autor.

Temas comuns em textos literários:

▪ **Amor e relacionamentos:** Exploração das complexidades das emoções humanas.

▪ **Identidade e autodescoberta:** Muitas narrativas abordam personagens em busca de quem realmente são.

▪ **Sociedade e crítica social:** Obras literárias frequentemente fazem reflexões sobre política, economia e comportamento humano.

A análise de textos literários exige atenção a detalhes que vão além da simples tradução do inglês para o português. Elementos como metáforas, ironia e temas subjacentes são essenciais para entender a intenção do autor e responder corretamente às questões das provas. O treinamento constante com diferentes tipos

de textos literários melhora a capacidade interpretativa e garante um desempenho superior em exames que exigem análise crítica e leitura aprofundada.

ANÁLISE DE TEXTOS JORNALÍSTICOS

Os textos jornalísticos são amplamente utilizados em provas de concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de interpretar informações objetivas, identificar possíveis vieses e diferenciar fatos de opiniões. Saber analisar esse tipo de texto de maneira crítica é essencial para responder corretamente às questões que envolvem compreensão de leitura e interpretação de argumentos.

- Estrutura e características de textos jornalísticos

Os textos jornalísticos seguem uma estrutura própria, que facilita a organização das informações e a transmissão de dados ao leitor de forma clara e objetiva.

Principais características dos textos jornalísticos

▪ **Objetividade:** Buscam relatar fatos de maneira clara e direta, evitando subjetividade e interpretações pessoais.

▪ **Uso da pirâmide invertida:** A informação mais importante aparece logo no início do texto, seguida por detalhes e contextualizações.

▪ **Linguagem acessível:** São escritos de forma compreensível para um público amplo, evitando termos excessivamente técnicos.

▪ **Presenç a de fontes e dados:** Para garantir credibilidade, os textos jornalísticos costumam apresentar declarações de especialistas, dados estatísticos e referências a documentos oficiais.

▪ **G neros variados:** Além das notícias, há editoriais (que expressam opinião), reportagens (mais aprofundadas), cr nicas (com tom mais pessoal) e entrevistas.

Saber reconhecer esses elementos facilita a leitura e interpretação de textos jornalísticos em inglês, especialmente em provas de concursos públicos.

- Como identificar viés e opinião do autor

Embora o jornalismo busque a imparcialidade, nem sempre   possível separar completamente fatos de opiniões. Muitas bancas exploram esse aspecto em suas questões, exigindo que o candidato identifique a posição do autor ou possíveis vieses na construção do texto.

Diferenç a entre fato e opinião

▪ **Fato:** Informação objetiva, verificável e independente de interpretação pessoal. Exemplo: “The unemployment rate in the country increased by 5% last year.”

▪ **Opinião:** Expressão de um ponto de vista, muitas vezes acompanhada de adjetivos ou juízos de valor. Exemplo: “The government’s economic policies have been disastrous, leading to a rise in unemployment.”

Como identificar viés no texto

▪ **Escolha de palavras:** Certos adjetivos ou verbos carregam conotações positivas ou negativas. Exemplo: “The government implemented crucial reforms” (positivo) versus “The government imposed unnecessary changes” (negativo).

▪ **Seleção de fontes:** Se um texto apresenta apenas um lado da questão sem contraponto, pode indicar viés.

▪ **Uso de eufemismos ou exageros:** Palavras como “slightly affected” (levemente afetado) podem minimizar um problema, enquanto “devastated” (devastado) pode exagerá-lo.

Em provas, questões podem perguntar se o autor é imparcial, se há um tom crítico ou elogioso ou se há indícios de subjetividade no texto.

- Diferença entre fatos e interpretações

A separação entre o que é fato e o que é interpretação é um dos desafios na análise de textos jornalísticos. Algumas bancas exploram esse aspecto ao solicitar que o candidato identifique informações que estão diretamente expressas no texto e aquelas que exigem um nível de inferência.

Como diferenciar fatos de interpretações

▪ **Fatos costumam ter dados concretos:** Se um número, nome, local ou data específica é mencionada, é provável que se trate de um fato verificável.

▪ **Interpretações podem incluir linguagem subjetiva:** Expressões como “some experts believe” (alguns especialistas acreditam) ou “it is widely considered that” (é amplamente considerado que) indicam que há um juízo de valor embutido.

Nos concursos, é comum encontrar questões que pedem para o candidato assinalar uma alternativa que traz uma informação factual ou que diferencia uma afirmação objetiva de uma interpretação subjetiva.

A análise de textos jornalísticos exige uma leitura atenta, que vá além da simples compreensão do vocabulário. Saber diferenciar fatos de opiniões, identificar possíveis vieses e entender a estrutura do texto são habilidades essenciais para responder corretamente às questões de interpretação. Praticar a leitura de notícias em inglês de diferentes fontes ajuda a desenvolver uma visão crítica e aprimorar o desempenho em provas que exigem análise textual.

GÊNEROS TEXTUAIS: COMPREENSÃO E ANÁLISE DE DIFERENTES TIPOS DE TEXTOS (NARRATIVOS, DESCRITIVOS, ARGUMENTATIVOS, INFORMATIVOS), SUAS ESTRUTURAS E PROPÓSITOS COMUNICATIVOS

TEXTOS NARRATIVOS

O texto narrativo é um dos gêneros textuais mais comuns e tem como principal característica a apresentação de uma sequência de eventos. Ele conta uma história, real ou fictícia, com personagens, um enredo e um contexto temporal e espacial. A estrutura desse tipo de texto envolve ações e acontecimentos que se desenrolam ao longo da narrativa, muitas vezes culminando em um clímax e uma resolução.

As principais características do texto narrativo são:

▪ **Presença de personagens:** indivíduos que protagonizam ou participam da história.

▪ **Foco na ação:** desenvolvimento de eventos e conflitos que movimentam a trama.

▪ **Uso de verbos no passado:** em narrativas tradicionais, é comum que os acontecimentos sejam descritos em tempos verbais como o passado simples e o passado perfeito.

▪ **Estrutura temporal:** os fatos são organizados de maneira lógica, podendo ser lineares (sequência cronológica) ou não lineares (flashbacks, cortes temporais).

▪ **Narrador:** pode ser um personagem dentro da história (narrador-personagem) ou um observador externo (narrador onisciente ou observador).

- Estrutura do Texto Narrativo

Todo texto narrativo segue uma estrutura básica que ajuda na organização da história:

▪ **Introdução:** apresenta os personagens, o ambiente e a situação inicial da narrativa.

▪ **Desenvolvimento:** parte central da história, onde ocorrem os principais eventos e conflitos.

▪ **Clímax:** ponto de maior tensão da narrativa, geralmente envolvendo uma decisão crucial ou um evento determinante.

▪ **Desfecho:** final da história, onde os conflitos são resolvidos e a narrativa é concluída.

Essa estrutura pode variar de acordo com o tipo de narrativa e o estilo do autor. Algumas histórias começam diretamente no clímax e depois voltam para explicar os eventos anteriores, por exemplo.

- Exemplos Comuns de Textos Narrativos

Os textos narrativos estão presentes em diversos gêneros e formatos, como:

▪ **Contos:** histórias curtas, geralmente com um único conflito central.

▪ **Fábulas:** narrativas curtas que trazem uma lição de moral, frequentemente protagonizadas por animais.

▪ **Romances:** narrativas longas, com múltiplos personagens e tramas mais complexas.

▪ **Crônicas:** textos curtos do cotidiano, com um tom leve e, muitas vezes, reflexivo.

▪ **Biografias e autobiografias:** narrativas que contam a vida de uma pessoa real, seja por outra pessoa ou pelo próprio biografado.

- Propósito Comunicativo do Texto Narrativo

O objetivo principal do texto narrativo é contar uma história e envolver o leitor na trama. Dependendo do contexto e do estilo do autor, a narrativa pode ter diferentes propósitos:

▪ **Entreter:** como em romances e contos de ficção, cujo objetivo principal é prender a atenção do leitor.

▪ **Transmitir uma lição de moral:** como ocorre nas fábulas e parábolas.

▪ **Registrar eventos reais:** como nas biografias, que documentam a trajetória de uma pessoa.

▪ **Fazer reflexões sobre a vida cotidiana:** como nas crônicas jornalísticas.

A capacidade de interpretar um texto narrativo é essencial para compreender diferentes tipos de literatura e até mesmo para analisar questões de provas e concursos que exploram esse gênero textual.

TEXTOS DESCRITIVOS

O texto descritivo tem como principal objetivo detalhar um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento, de forma a permitir que o leitor visualize ou compreenda melhor o que está sendo descrito. Diferente do texto narrativo, que foca na ação e na se-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Administração Geral (Analista De Gestão Corporativa)

NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA; AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES PÚBLICAS; EMPRESAS PÚBLICAS; SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA; ENTIDADES PARAESTATAIS

Administração direta e indireta

A princípio, infere-se que Administração Direta é correspondente aos órgãos que compõem a estrutura das pessoas federativas que executam a atividade administrativa de maneira centralizada. O vocábulo “Administração Direta” possui sentido abrangente vindo a compreender todos os órgãos e agentes dos entes federados, tanto os que fazem parte do Poder Executivo, do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário, que são os responsáveis por praticar a atividade administrativa de maneira centralizada.

Já a Administração Indireta, é equivalente às pessoas jurídicas criadas pelos entes federados, que possuem ligação com as Administrações Diretas, cujo fulcro é praticar a função administrativa de maneira descentralizada.

Tendo o Estado a convicção de que atividades podem ser exercidas de forma mais eficaz por entidade autônoma e com personalidade jurídica própria, o Estado transfere tais atribuições a particulares e, ainda pode criar outras pessoas jurídicas, de direito público ou de direito privado para esta finalidade. Optando pela segunda opção, as novas entidades passarão a compor a Administração Indireta do ente que as criou e, por possuírem como destino a execução especializado de certas atividades, são consideradas como sendo manifestação da descentralização por serviço, funcional ou técnica, de modo geral.

Desconcentração e Descentralização

Consiste a desconcentração administrativa na distribuição interna de competências, na esfera da mesma pessoa jurídica. Assim sendo, na desconcentração administrativa, o trabalho é distribuído entre os órgãos que integram a mesma instituição, fato que ocorre de forma diferente na descentralização administrativa, que impõe a distribuição de competência para outra pessoa, física ou jurídica.

Ocorre a desconcentração administrativa tanto na administração direta como na administração indireta de todos os entes federativos do Estado. Pode-se citar a título de exemplo de desconcentração administrativa no âmbito da Administração Direta da União, os vários ministérios e a Casa Civil da Presidência da República; em âmbito estadual, o Ministério Público e as secretarias estaduais, dentre outros; no âmbito municipal, as secretarias municipais e as câmaras municipais; na administração indireta federal, as várias agências do Banco do Brasil que são sociedade de economia mista, ou do INSS com localização em todos os Estados da Federação.

Ocorre que a desconcentração enseja a existência de vários órgãos, sejam eles órgãos da Administração Direta ou das pessoas jurídicas da Administração Indireta, e devido ao fato desses órgãos estarem dispostos de forma interna, segundo uma relação de subordinação de hierarquia, entende-se que a desconcentração administrativa está diretamente relacionada ao princípio da hierarquia.

Registra-se que na descentralização administrativa, ao invés de executar suas atividades administrativas por si mesmo, o Estado transfere a execução dessas atividades para particulares e, ainda a outras pessoas jurídicas, de direito público ou privado.

Explicita-se que, mesmo que o ente que se encontre distribuindo suas atribuições e detenha controle sobre as atividades ou serviços transferidos, não existe relação de hierarquia entre a pessoa que transfere e a que acolhe as atribuições.

Criação, extinção e capacidade processual dos órgãos públicos

Os arts. 48, XI e 61, § 1º da CFB/1988 dispõem que a criação e a extinção de órgãos da administração pública dependem de lei de iniciativa privativa do chefe do Executivo a quem compete, de forma privada, e por meio de decreto, dispor sobre a organização e funcionamento desses órgãos públicos, quando não ensejar aumento de despesas nem criação ou extinção de órgãos públicos (art. 84, VI, b, CF/1988). Desta forma, para que haja a criação e extinção de órgãos, existe a necessidade de lei, no entanto, para dispor sobre a organização e o funcionamento, denota-se que poderá ser utilizado ato normativo inferior à lei, que se trata do decreto. Caso o Poder Executivo Federal desejar criar um Ministério a mais, o presidente da República deverá encaminhar projeto de lei ao Congresso Nacional. Porém, caso esse órgão seja criado, sua estruturação interna deverá ser feita por decreto. Na realidade, todos os regimentos internos dos ministérios são realizados por intermédio de decreto, pelo fato de tal ato se tratar de organização interna do órgão. Vejamos:

– **Órgão:** é criado por meio de lei.

– **Organização Interna:** pode ser feita por **DECRETO**, desde que não provoque aumento de despesas, bem como a criação ou a extinção de outros órgãos.

– **Órgãos De Controle:** Trata-se dos prepostos a fiscalizar e controlar a atividade de outros órgãos e agentes”. Exemplo: Tribunal de Contas da União.

Pessoas administrativas

Explicita-se que as entidades administrativas são a própria Administração Indireta, composta de forma taxativa pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

De forma contrária às pessoas políticas, tais entidades, não são reguladas pelo Direito Administrativo, não detendo poder político e encontram-se vinculadas à entidade política que as

criou. Não existe hierarquia entre as entidades da Administração Pública indireta e os entes federativos que as criou. Ocorre, nesse sentido, uma vinculação administrativa em tais situações, de maneira que os entes federativos somente conseguem manter-se no controle se as entidades da Administração Indireta estiverem desempenhando as funções para as quais foram criadas de forma correta.

Pessoas políticas

As pessoas políticas são os entes federativos previstos na Constituição Federal. São eles a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Denota-se que tais pessoas ou entes, são regidos pelo Direito Constitucional, vindo a deter uma parcela do poder político. Por esse motivo, afirma-se que tais entes são autônomos, vindo a se organizar de forma particular para alcançar as finalidades avançadas na Constituição Federal.

Assim sendo, não se confunde autonomia com soberania, pois, ao passo que a autonomia consiste na possibilidade de cada um dos entes federativos organizar-se de forma interna, elaborando suas leis e exercendo as competências que a eles são determinadas pela Constituição Federal, a soberania nada mais é do que uma característica que se encontra presente somente no âmbito da República Federativa do Brasil, que é formada pelos referidos entes federativos.

— Autarquias

As autarquias são pessoas jurídicas de direito público interno, criadas por lei específica para a execução de atividades especiais e típicas da Administração Pública como um todo. Com as autarquias, a impressão que se tem, é a de que o Estado veio a descentralizar determinadas atividades para entidades eivadas de maior especialização.

As autarquias são especializadas em sua área de atuação, dando a ideia de que os serviços por elas prestados são feitos de forma mais eficaz e venham com isso, a atingir de maneira contundente a sua finalidade, que é o bem comum da coletividade como um todo. Por esse motivo, aduz-se que as autarquias são um serviço público descentralizado. Assim, devido ao fato de prestarem esse serviço público especializado, as autarquias acabam por se assemelhar em tudo o que lhes é possível, ao entidade estatal a que estiverem servindo. Assim sendo, as autarquias se encontram sujeitas ao mesmo regime jurídico que o Estado. Nos dizeres de Hely Lopes Meirelles, as autarquias são uma “*longa manus*” do Estado, ou seja, são executoras de ordens determinadas pelo respectivo ente da Federação a que estão vinculadas.

As autarquias são criadas por lei específica, que de forma obrigacional deverá ser de iniciativa do Chefe do Poder Executivo do ente federativo a que estiver vinculada. Explicita-se também que a função administrativa, mesmo que esteja sendo exercida tipicamente pelo Poder Executivo, pode vir a ser desempenhada, em regime totalmente atípico pelos demais Poderes da República. Em tais situações, infere-se que é possível que sejam criadas autarquias no âmbito do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, oportunidade na qual a iniciativa para a lei destinada à sua criação, deverá, obrigatoriamente, segundo os parâmetros legais, ser feita pelo respectivo Poder.

— Empresas Públicas

Sociedades de Economia Mista

São a parte da Administração Indireta mais voltada para o direito privado, sendo também chamadas pela maioria doutrinária de empresas estatais.

Tanto a empresas públicas, quanto as sociedades de economia mista, no que se refere à sua área de atuação, podem ser divididas entre prestadoras diversas de serviço público e plenamente atuantes na atividade econômica de modo geral. Assim sendo, obtemos dois tipos de empresas públicas e dois tipos de sociedades de economia mista.

Ressalta-se que ao passo que as empresas estatais exploradoras de atividade econômica estão sob a égide, no plano constitucional, pelo art. 173, sendo que a sua atividade se encontra regida pelo direito privado de maneira prioritária, as empresas estatais prestadoras de serviço público são reguladas, pelo mesmo diploma legal, pelo art. 175, de maneira que sua atividade é regida de forma exclusiva e prioritária pelo direito público.

— **Observação importante:** todas as empresas estatais, sejam prestadoras de serviços públicos ou exploradoras de atividade econômica, possuem personalidade jurídica de direito privado.

O que diferencia as empresas estatais exploradoras de atividade econômica das empresas estatais prestadoras de serviço público é a atividade que exercem. Assim, sendo ela prestadora de serviço público, a atividade desempenhada é regida pelo direito público, nos ditames do artigo 175 da Constituição Federal que determina que “incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.” Já se for exploradora de atividade econômica, como maneira de evitar que o princípio da livre concorrência reste-se prejudicado, as referidas atividades deverão ser reguladas pelo direito privado, nos ditames do artigo 173 da Constituição Federal, que assim determina:

Art. 173 *Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.*

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

I – sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

II – a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

III – licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da Administração Pública;

IV – a constituição e o funcionamento dos conselhos de Administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;

V – os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores

Vejamos em síntese, algumas características em comum das empresas públicas e das sociedades de economia mista:

- Devem realizar concurso público para admissão de seus empregados;
- Não estão alcançadas pela exigência de obedecer ao teto constitucional;
- Estão sujeitas ao controle efetuado pelos Tribunais de Contas, bem como ao controle do Poder Legislativo;
- Não estão sujeitas à falência;
- Devem obedecer às normas de licitação e contrato administrativo no que se refere às suas atividades-meio;
- Devem obedecer à vedação à acumulação de cargos prevista constitucionalmente;
- Não podem exigir aprovação prévia, por parte do Poder Legislativo, para nomeação ou exoneração de seus diretores.

Fundações e outras entidades privadas delegatárias

Identifica-se no processo de criação das fundações privadas, duas características que se encontram presentes de forma contundente, sendo elas a doação patrimonial por parte de um instituidor e a impossibilidade de terem finalidade lucrativa.

O Decreto 200/1967 e a Constituição Federal Brasileira de 1988 conceituam Fundação Pública como sendo um ente de direito predominantemente de direito privado, sendo que a Constituição Federal dá à Fundação o mesmo tratamento oferecido às Sociedades de Economia Mista e às Empresas Públicas, que permite a autorização da criação, por lei e não a criação direta por lei, como no caso das autarquias.

Entretanto, a doutrina majoritária e o STF aduzem que a Fundação Pública poderá ser criada de forma direta por meio de lei específica, adquirindo, desta forma, personalidade jurídica de direito público, vindo a criar uma Autarquia Fundacional ou Fundação Autárquica.

- **Observação importante:** a autarquia é definida como serviço personificado, ao passo que uma autarquia fundacional é conceituada como sendo um patrimônio de forma personificada destinado a uma finalidade específica de interesse social.

Vejamos como o Código Civil determina:

Art. 41 São pessoas jurídicas de direito público interno: (...)
IV – as autarquias, inclusive as associações públicas;
V – as demais entidades de caráter público criadas por lei.

No condizente à Constituição, denota-se que esta não faz distinção entre as Fundações de direito público ou de direito privado. O termo Fundação Pública é utilizado para diferenciar as fundações da iniciativa privada, sem que haja qualquer tipo de ligação com a Administração Pública.

No entanto, determinadas distinções poderão ser feitas, como por exemplo, a imunidade tributária recíproca que é destinada somente às entidades de direito público como um todo. Registra-se que o foro de ambas é na Justiça Federal.

— Delegação Social

Organizações sociais

As organizações sociais são entidades privadas que recebem o atributo de Organização Social. Várias são as entidades criadas por particulares sob a forma de associação ou fundação que desempenham atividades de interesse público sem fins lucrativos. Ao passo que algumas existem e conseguem se manter sem nenhuma ligação com o Estado, existem outras que buscam se aproximar do Estado com o fito de receber verbas públicas ou bens públicos com o objetivo de continuarem a desempenhar sua atividade social. Nos parâmetros da Lei 9.637/1998, o Poder Executivo Federal poderá constituir como Organizações Sociais pessoas jurídicas de direito privado, que não sejam de fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos da lei. Ressalte-se que as entidades privadas que vierem a atuar nessas áreas poderão receber a qualificação de OSs.

Lembremos que a Lei 9.637/1998 teve como fulcro transferir os serviços que não são exclusivos do Estado para o setor privado, por intermédio da absorção de órgãos públicos, vindo a substituí-los por entidades privadas. Tal fenômeno é conhecido como publicização. Com a publicização, quando um órgão público é extinto, logo, outra entidade de direito privado o substitui no serviço anteriormente prestado. Denota-se que o vínculo com o poder público para que seja feita a qualificação da entidade como organização social é estabelecido com a celebração de contrato de gestão. Outrossim, as Organizações Sociais podem receber recursos orçamentários, utilização de bens públicos e servidores públicos.

Organizações da sociedade civil de interesse público

São conceituadas como pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, nas quais os objetivos sociais e normas estatutárias devem obedecer aos requisitos determinados pelo art. 3º da Lei n. 9.790/1999. Denota-se que a qualificação é de competência do Ministério da Justiça e o seu âmbito de atuação é parecido com o da OS, entretanto, é mais amplo. Vejamos:

Art. 3º A qualificação instituída por esta Lei, observado em qualquer caso, o princípio da universalização dos serviços, no respectivo âmbito de atuação das Organizações, somente será conferida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujos objetivos sociais tenham pelo menos uma das seguintes finalidades:

- I – promoção da assistência social;
- II – promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III – promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- IV – promoção gratuita da saúde, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta Lei;
- V – promoção da segurança alimentar e nutricional;
- VI – defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII – promoção do voluntariado;

- VIII – promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;*
IX – experimentação, não lucrativa, de novos modelos socioprodutivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
X – promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar;
XI – promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;
XII – estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

A lei das Oscips apresenta um rol de entidades que não podem receber a qualificação. Vejamos:

Art. 2º Não são passíveis de qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, ainda que se dediquem de qualquer forma às atividades descritas no art. 3º desta Lei:

- I – as sociedades comerciais;*
II – os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional;
III – as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
IV – as organizações partidárias e assemelhadas, inclusive suas fundações;
V – as entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados ou sócios;
VI – as entidades e empresas que comercializam planos de saúde e assemelhados;
VII – as instituições hospitalares privadas não gratuitas e suas mantenedoras;
VIII – as escolas privadas dedicadas ao ensino formal não gratuito e suas mantenedoras;
IX – as Organizações Sociais;
X – as cooperativas;

Por fim, registre-se que o vínculo de união entre a entidade e o Estado é denominado termo de parceria e que para a qualificação de uma entidade como Oscip, é exigido que esta tenha sido constituída e se encontre em funcionamento regular há, pelo menos, três anos nos termos do art. 1º, com redação dada pela Lei n. 13.019/2014. O Tribunal de Contas da União tem entendido que o vínculo firmado pelo termo de parceria por órgãos ou entidades da Administração Pública com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público não é demandante de processo de licitação. De acordo com o que preceitua o art. 23 do Decreto n. 3.100/1999, deverá haver a realização de concurso de projetos pelo órgão estatal interessado em construir parceria com Oscips para que venha a obter bens e serviços para a realização de atividades, eventos, consultorias, cooperação técnica e assessoria.

— Entidades Paraestatais

Entidades paraestatais (ou entes de colaboração) são definidas como pessoas jurídicas de direito privado, instituídas por particulares, com ou sem autorização legislativa, para o desempenho de atividades privadas de interesse público, mediante fomento e controle pelo Estado.¹

Podem ter a forma jurídica de associação, fundação ou definida na lei que autorizar a sua criação.²

As principais características das entidades paraestatais são:³

- a) a sua natureza é de pessoa jurídica de direito privado;
- b) a sua criação depende de autorização legislativa;
- c) não buscam o lucro;
- d) prestam serviço de utilidade pública e não serviço público estrito;
- e) não atendem toda a sociedade, mas apenas grupos restritos;
- f) não pertencem a pessoa jurídica de direito público;
- g) são financiadas por contribuições tributárias;
- h) estão sujeitas a controle estatal, inclusive pelo TCU;
- i) não precisam realizar concurso público;
- j) precisam licitar;
- k) podem gozar de imunidade tributária (art. 150, VI, c, da CF/88) relacionada à natureza filantrópica;
- l) os seus empregados estão sujeitos à CLT, apesar disso, são-lhes aplicáveis as normas da Lei n. 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa); e
- m) os seus administradores não são escolhidos pelo Estado e sim através de procedimentos internos das próprias entidades.

Entende-se que essas entidades fazem parte do terceiro setor, sendo que o Estado é o primeiro setor, a sociedade o segundo e as entidades sem fins lucrativos formam o terceiro setor.

¹ Pietro, Maria Sylvia Zanella D. *Direito Administrativo*. 36ª edição. Grupo GEN, 2023.

² Couto, Reinaldo, e Álvaro do Canto Capagio. *Curso de Direito Administrativo*. 5ª edição. Editora Saraiva, 2022.

³ Couto, Reinaldo, e Álvaro do Canto Capagio. *Curso de Direito Administrativo*. 5ª edição. Editora Saraiva, 2022.